

**CONV 234/02**

**NEW VERSION**

**CONTRIB 82**

**NOTA DE ENVIO**

---

de:	Secretariado
para:	Convenção
Assunto:	<b>Contributo de Andrew DUFF, membro da Convenção sobre um modelo de Constituição para uma união federal da Europa</b>

---

O Secretário-Geral da Convenção recebeu de Andrew Duff, membro da Convenção, o contributo que figura em anexo.

---

CONTRIBUIÇÃO DO DEPUTADO AO PE ANDREW DUFF, MEMBRO DA CONVENÇÃO

*A presente contribuição submete à apreciação da Convenção um exemplo de um novo tratado constitucional para a União Europeia.<sup>1</sup> Com esse fim, é proposta a adopção de um processo aperfeiçoado de tomada de decisões e uma fusão efectiva dos pilares, apesar de a política de segurança e de defesa permanecerem essencialmente sob a alçada do Conselho.*

*A Constituição inclui dois protocolos, um dos quais engloba a Carta dos Direitos Fundamentais e o outro (que não necessita de ser adoptado por todos os Estados-Membros) a garantia de defesa mútua da União da Europa Ocidental.*

*É igualmente proposta a criação de uma lei orgânica, uma nova forma de instrumento legal no topo da hierarquia, destinada a englobar assuntos quase-constitucionais que afectam o equilíbrio do poder entre as instituições e os Estados-Membros. São, assim, estabelecidas várias leis orgânicas relativas ao sistema financeiro da União, ao procedimento de co-decisão e aos estatutos de certas instituições, incluindo as forças de defesa.*

*No modelo a seguir apresentado, propõe-se que a Constituição seja complementada por um tratado subsidiário, que inclua as questões políticas mais específicas. Esta versão repartida do Tratado de Roma deverá ser objecto de um processo de alteração mais suave do que aquele que foi empreendido para a Constituição. Todos os restantes tratados comunitários deverão ser anulados.*

**UM MODELO DE CONSTITUIÇÃO PARA UMA UNIÃO FEDERAL DA EUROPA**

***PREÂMBULO***

Os Estados-Membros e os cidadãos da União Europeia,

Determinados a

conviver num ambiente de justiça, liberdade e paz,

defender a democracia, os direitos fundamentais e o Estado de direito,

respeitar as diversas culturas da Europa,

organizar as suas relações,

aprovam a presente Constituição.

***Artigo 1º — ÂMBITO***

1. A União atribui-se os seguintes objectivos:

promover o progresso económico e social,

criar um espaço de liberdade, de segurança e de justiça,

melhorar o ambiente na Europa e no mundo,

proteger e defender a União.

---

<sup>1</sup> A presente contribuição baseia-se em particular nos documentos CONV 22/02 e CONV 57/02.

2. A União Europeia tem poderes para governar em conformidade com os princípios que defende e tendo em vista a prossecução dos objectivos estabelecidos na presente Constituição. A sua actuação pautar-se-á pelo disposto na presente Constituição e pelas disposições, condições e calendários de aplicação suplementar estabelecidos no Tratado de Roma.<sup>1</sup>

3. Todos os anteriores Tratados da União Europeia e das Comunidades Europeias e todas as disposições legislativas estabelecidas ao abrigo destes serão considerados direito comunitário, desde que não sejam incompatíveis com a presente Constituição.

4. As constituições e legislações dos diferentes Estados-Membros aplicar-se-ão desde que não sejam contrárias às disposições estabelecidas na presente Constituição.

#### *Artigo 2º — COMPOSIÇÃO*

1. A União Europeia é composta pelos seus Estados-Membros e respectivos cidadãos. A União é dotada de personalidade jurídica, ao abrigo do direito internacional.

2. A União admitirá novos membros sob proposta da Comissão, em conformidade com as disposições do nº 2 do artigo 18º.

3. Qualquer das disposições da presente Constituição poderá ser aplicada a um país democrático que não um Estado-Membro da União Europeia. Esses países serão considerados membros associados da União.

4. Os Estados-Membros que o desejarem poderão abandonar a União, nos termos a acordar com esta e em conformidade com as disposições do nº 2 do artigo 18º.

5. Os direitos dos Estados-Membros ou membros associados poderão ser suspensos ou restaurados, sob proposta da Comissão ou por iniciativa do Tribunal, por maioria de três quartos dos votos expressos pelos Estados-Membros deliberando no seio do Conselho e por maioria absoluta dos deputados ao Parlamento Europeu.

#### *Artigo 3º — CIDADANIA*

1. Os cidadãos dos Estados-Membros são igualmente cidadãos da União Europeia.

2. A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia constitui um protocolo da presente Constituição. A Carta vincula, na sua globalidade, todas as instituições, organismos e agências da União. Torna-se vinculativa para os Estados-Membros e as instâncias políticas quando e na medida em que estes aplicarem o direito e as políticas da União.

3. O Parlamento Europeu nomeará um Provedor de Justiça, cujos direitos e deveres serão estabelecidos num Estatuto que assumirá a forma de Lei Orgânica.

#### *Artigo 4º — GOVERNAÇÃO*

1. A União procurará cumprir os seus objectivos de uma forma coerente, transparente e solidária. As decisões serão tomadas ao nível mais próximo possível dos cidadãos, sem causar obstáculos ao funcionamento da União.

2. A União Europeia respeitará as identidades nacionais dos Estados-Membros e as suas acções não ultrapassarão os limites necessários à prossecução dos seus objectivos.

3. A União Europeia assegurará que as suas acções não darão lugar a distorções ou desequilíbrios nas relações entre os Estados-Membros. A União procurará proporcionar um valor acrescentado em termos de eficácia e economia de escala. Promoverá a coesão entre os seus Estados-Membros, regiões e cidadãos e defenderá o ambiente natural da Europa.

---

<sup>1</sup> Revisto. Ver nota introdutória.

4. Os Estados-Membros abster-se-ão de tomar qualquer medida que comprometa os objectivos da União. Não tomarão medidas contrárias aos interesses da União ou susceptíveis de comprometer a sua eficácia.

#### *Artigo 5º — COMPETÊNCIA*

1. Os principais domínios de competência da União, a nível interno e externo, abrangem o comércio, a União Aduaneira, a política da concorrência e a política monetária. A União tem poderes plenos para gerir o Euro e para apoiar a livre circulação de bens, pessoas, serviços e capitais. Para o efeito, coordenará as políticas macro-económicas dos Estados-Membros e poderá estabelecer políticas comuns nos domínios do emprego, igualdade de oportunidades, mercado financeiro, transportes e comunicações, energia, ciência, investigação e tecnologia, alimentação, defesa do consumidor, ambiente, desenvolvimento externo, imigração e asilo.

2. A União definirá uma política externa comum e proverá a uma actuação conjunta nos domínios da segurança externa e da defesa.

3. A União terá competências no combate ao crime internacional e promoverá a coordenação das forças policiais e das autoridades aduaneiras e judiciais dos Estados-Membros. Poderá agir em defesa dos seus próprios interesses financeiros e de segurança.

4. A União poderá contribuir para a definição das políticas dos Estados-Membros nas áreas do desporto, juventude, turismo, planeamento, protecção civil, saúde pública, serviços sociais, cultura e educação.

#### *Artigo 6º — ACTOS COMUNITÁRIOS*

A União actuará por meio dos seguintes instrumentos jurídicos:

Leis Orgânicas, para determinadas medidas de relevância institucional;

Regulamentos, que são obrigatórios em todos os seus elementos e directamente aplicáveis em todos os Estados-Membros;

Directivas, que vinculam os Estados-Membros destinatários quanto ao resultado a alcançar, mas deixam margem de manobra quanto à forma e aos meios a utilizar;

Acções Comuns, que estabelecem mandatos relativos a operações específicas;

Decisões, que são de natureza executiva e obrigatórias em todos os seus elementos para os destinatários que designarem expressamente;

Pareceres, que são de natureza consultiva;

Códigos de Conduta, que são de natureza obrigatória ou consultiva;

Acordos Interinstitucionais, que são vinculativos para as Partes contratantes.

#### *Artigo 7º — ELABORAÇÃO DAS LEIS*

1. A estrutura legislativa da União é constituída pelo Conselho de Ministros e pelo Parlamento Europeu. Qualquer lei ou decisão orçamental só produzirá efeitos depois de aprovada pelo Parlamento e pelo Conselho. O Parlamento Europeu tem o direito de se pronunciar sobre todos os tratados internacionais celebrados pela União.

2. Cabe exclusivamente à Comissão apresentar propostas legislativas e orçamentais.

3. Todas as leis serão adoptadas em sessão pública e será publicada uma acta integral das sessões.

4. Uma lei orgânica será aprovada por maioria de três quartos dos Estados-Membros no Conselho e por maioria absoluta dos membros do Parlamento Europeu.

#### *Artigo 8º — DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS*

1. A União deverá dispor dos seus próprios recursos orçamentais e financeiros. Os limites das suas despesas serão fixados com base numa percentagem do PIB da União.

2. Será criada uma lei orgânica que estabelecerá um sistema de recursos próprios, que incluirá a possibilidade de lançar impostos e direitos.

3. A União estabelecerá as disposições necessárias tendo em vista a criação de um sistema de controlo financeiro.

#### *Artigo 9º — INSTITUIÇÕES*

1. A União será composta pelas seguintes instituições: Congresso, Convenção, Parlamento Europeu, Conselho Europeu, Conselho de Ministros, Comissão Europeia, Tribunal de Justiça Europeu, Tribunal de Contas e Banco Central Europeu.

2. Cada uma das instituições será responsável pelas suas próprias disposições de funcionamento.

3. O Congresso reunir-se-á com vista a eleger ou a impugnar o presidente da Comissão, sendo constituído pelo Parlamento Europeu e por um número igual de representantes dos parlamentos dos Estados-Membros.

4. A Convenção é a assembleia constituinte da União, sendo composta por um presidente, por delegações do Conselho Europeu e da Comissão e por um número igual de delegados do Parlamento Europeu e dos parlamentos dos Estados-Membros.

#### *Artigo 10º — PARLAMENTO EUROPEU*

1. O Parlamento é constituído por 700 deputados, eleitos de cinco em cinco anos pelos cidadãos comunitários, por sufrágio directo e universal, de acordo com o princípio da representação proporcional. Dos seus membros, 630 são eleitos por circunscrições regionais e 70 por todo o território da União.

2. O Parlamento Europeu delibera por maioria simples dos votos expressos, à excepção dos casos em que a presente Constituição ou o seu Regimento estabeleçam o contrário.

3. O Presidente será eleito de entre os seus membros.

4. O Parlamento será dissolvido se a Comissão for demitida ao abrigo do disposto no nº 6 do artigo 13º.

5. Os membros do Parlamento Europeu gozarão de imunidade relativamente a acusações pela emissão de uma opinião ou de um voto expresso no exercício das suas funções parlamentares.

#### *Artigo 11º — CONSELHO EUROPEU*

1. O Conselho Europeu reúne os chefes de Estado e de Governo dos quinze Estados-Membros, bem como o presidente da Comissão Europeia. A presidência do Conselho é exercida rotativamente pelo chefe de Estado ou de Governo de cada Estado-Membro, por períodos de seis meses.

2. O Conselho estabelece o programa de trabalho da União, mediante proposta da Comissão e após consulta do Parlamento Europeu e dos parlamentos dos Estados-Membros. Orienta, de uma forma geral, a política da União. Pode agir em representação do Conselho de Ministros.

## *Artigo 12º — CONSELHO DE MINISTROS*

1. O Conselho de Ministro é composto por ministros dos governos dos Estados-Membros. As suas reuniões são presididas pelo presidente da Comissão ou pelo representante desta. O seu presidente não tem direito de voto.
2. Mediante proposta da Comissão, e após consulta do Parlamento, o Conselho poderá adoptar uma acção ou decisão comum. O Conselho poderá tomar iniciativas nos domínios da segurança externa e da defesa.
3. O Conselho poderá emitir pareceres por sua própria iniciativa.
4. O Conselho delibera por maioria qualificada, à excepção dos casos em que a presente Constituição ou o seu regulamento interno estabeleçam o contrário. A maioria qualificada é composta pela maioria dos Estados-Membros em representação da maioria da população da União Europeia.

## *Artigo 13º — COMISSÃO EUROPEIA*

1. A Comissão Europeia é constituída pelo seu presidente, um vice-presidente, responsável pela política externa, de segurança e de defesa, e treze membros.
2. O presidente da Comissão é indigitado por um ou mais Estados-Membros, na sequência imediata da eleição do Parlamento Europeu, e eleito pelo Congresso, deliberando por maioria absoluta dos seus membros.
3. O vice-presidente é indigitado pelo Conselho e nomeado pelo Parlamento.
4. O presidente indigita em seguida os restantes membros, que serão nomeados pelo Parlamento.
5. A Comissão é competente para tomar decisões e emitir pareceres. Além disso, caber-lhe-á propor um programa de trabalho ao Conselho Europeu, bem como apresentar uma proposta de orçamento anual ao Conselho e ao Parlamento. A Comissão será ainda responsável pela execução dos actos comunitários, pela gestão das políticas e das despesas e pela negociação dos tratados internacionais em representação da União. Por último, assegurará a consulta efectiva dos parlamentos dos Estados-Membros e dos representantes dos governos locais e regionais, dos parceiros sociais e da sociedade civil.
6. A Comissão exerce o seu mandato por um período de cinco anos, a menos que seja dissolvida pelo Parlamento Europeu, deliberando por maioria de dois terços dos seus membros.
7. O presidente da Comissão poderá ser impugnado pelo Congresso, deliberando por maioria de dois terços dos seus delegados, por iniciativa do Conselho ou do Parlamento.

## *Artigo 14º — TRIBUNAL DE JUSTIÇA*

1. O Tribunal de Justiça constitui o supremo tribunal da União Europeia e a ele é associado um Tribunal de Primeira Instância. Os seus Estatutos serão estabelecidos através de uma lei orgânica.
2. Os juizes e advogados-gerais são escolhidos entre juristas de reconhecida competência, que ofereçam todas as garantias de independência. São nomeados pelo Conselho e pelo Parlamento, deliberando por maioria dos seus membros, por um período renovável de sete anos. Os juizes elegem o seu presidente por um período de quatro anos.
3. O Tribunal de Justiça tem como missão assegurar o respeito do direito na interpretação e aplicação da presente Constituição e dos actos elaborados ao abrigo da mesma.

4. O tribunal é competente para conhecer das acções e litígios interpostos por instituições comunitárias ou pelo governo ou parlamento de um Estado-Membro com fundamento em incompetência, violação ou omissão, bem como das acções interpostas por governos locais ou regionais, com o objectivo de salvaguardar as respectivas prerrogativas ao abrigo da presente Constituição.
5. Qualquer cidadão directamente afectado por uma lei da União poderá interpor uma acção no Tribunal de Primeira Instância. Os processos relacionados com os direitos fundamentais poderão ser encaminhados pelo Provedor de Justiça para o Tribunal de Justiça.
6. O tribunal tem também competência para decidir a título prejudicial, anular um acto comunitário, proferir sentenças, arbitrar queixas e impor sanções.

#### *Artigo 15º — BANCO CENTRAL EUROPEU*

1. O Banco Central Europeu é composto pelo presidente, pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Governadores. Os seus Estatutos assumirão a forma de lei orgânica.
2. O presidente e os membros da Comissão Executiva, escolhidos de entre personalidades com experiência comprovada no domínio financeiro e que ofereçam todas as garantias de independência, serão indigitados pelo Conselho e aprovados pelo Parlamento, deliberando por maioria dos seus membros, por um período não renovável de sete anos.
3. O Banco Central Europeu será responsável pela emissão do euro e pela gestão da política monetária da União

#### *Artigo 16º — TRIBUNAL DE CONTAS*

1. O Tribunal de Contas é composto pelo seu presidente e membros. Os seus Estatutos assumirão a forma de lei orgânica.
2. O presidente e os membros do tribunal, escolhidos de entre personalidades com experiência comprovada de fiscalização externa e que ofereçam todas as garantias de independência, serão indigitados pelo Conselho e aprovados pelo Parlamento, deliberando por maioria dos seus membros, por um período não renovável de sete anos.
3. O Tribunal de Contas é responsável pela auditoria financeira da União.

#### *Artigo 17º — FORÇAS DE DEFESA*

1. A União poderá criar forças armadas com capacidade para levar a cabo operações de segurança e defesa, bem como intervir em missões de cessar-fogo, manutenção da paz e acções humanitárias. O Conselho instituirá o comando militar.
2. Os Estatutos das Forças Armadas assumirão a forma de lei orgânica.
3. A presente Constituição inclui em anexo um protocolo que obriga os seus signatários ao princípio da defesa colectiva mútua. O protocolo produzirá efeitos depois de assinado por três quartos dos Estados-Membros.

#### *Artigo 18º — REVISÃO*

1. Qualquer proposta de revisão da presente Constituição ou dos respectivos protocolos deverá ser apresentada à Convenção pela Comissão ou pelos Estados-Membros. A Convenção deliberará por consenso alargado.

2. A revisão da Convenção, bem como a adesão ou exclusão de um Estado-Membro ou país associado só produzirão efeitos no caso de contarem com o apoio:

(i) do Conselho, deliberando por maioria de três quartos dos seus membros, e do Parlamento, deliberando por maioria de dois terços dos votos expressos, e após ratificação por todos os Estados-Membros, de acordo com as respectivas disposições constitucionais; ou

(ii) de um referendo aos cidadãos comunitários organizado pelo Parlamento e pelo Conselho.

#### *Artigo 19º — ENTRADA EM VIGOR*

1. A presente Constituição entrará em vigor logo que for ratificada pelo Conselho Europeu e se contar com o apoio:

(i) do Parlamento, deliberando por maioria de dois terços dos seus membros, e de um referendo aos cidadãos da União; ou

(ii) de todos os Estados-Membros da União, de acordo com as suas disposições constitucionais, após parecer favorável do Parlamento Europeu, deliberando por maioria absoluta dos seus membros.

2. Qualquer Estado-Membro da União Europeia que decida não adoptar a presente Constituição poderá tornar-se membro associado, nos termos do nº 3 do artigo 2º.

3. A presente Constituição entrará em vigor no início do segundo mês a seguir à sua ratificação.

\*\*\*\*\*